



AGRONEGÓCIO E COVID-19: UMA ANÁLISE DO (DES) EMPREGO NO AGROPOLO PETROLINA - PEⁱ

Raimunda Aurea Dias de Sousa

Universidade de Pernambuco

Lucas Nascimento dos Santos

Universidade de Pernambuco

RESUMO

O aumento da produção e produtividade pelas grandes corporações do agronegócio revela que embora a fruticultura, especialmente, em Petrolina, seja celebrada como moderna atividade econômica e geradora de empregos no semiárido brasileiro, mesmo com a pandemia da Covid-19, há, na verdade, a manifestação da essência - diminuição na produção de alimentos e alto número de desempregados. Nesse sentido, o estudo se desenvolveu no Agropolo Petrolina-PE, cujo objetivo consistiu em compreender o agronegócio em Petrolina - PE como gerador de riqueza pela alta produção e produtividade para atender à escala – local, nacional e, principalmente, a global, ao tempo que repercute em um alto índice de fome e desemprego, via expropriação da terra, do trabalho como valor de uso, dos alimentos saudáveis, da vida. Os caminhos metodológicos partiram-se desde: organização de pesquisa bibliográfica, consulta de sites concernente ao conteúdo para melhor entendimento dos dados no aspecto quantitativos/qualitativos. Como resultados, constatou-se que a expansão do agronegócio, a partir da fruticultura irrigada no Agropolo em estudo, tem beneficiado amplamente as grandes redes de supermercados que controlam a indústria de alimentos transformados em *commodities* em detrimento da alimentação dos trabalhadores e trabalhadoras. Conclui-se que o modelo agroalimentar sustentado pelas grandes corporações não diminui o desemprego e a fome no Agropolo, ao contrário, em tempos de pandemia, intensificou o número de trabalhadores contratados temporariamente já que o agronegócio era o único setor em expansão na pandemia.

Palavras-chave: Agronegócio, Covid-19, Agropolo, Supermercados, Desemprego.

AGRIBUSINESS AND COVID-19: AN ANALYSIS OF (UN)EMPLOYMENT IN AGROPOLO PETROLINA - PE

ABSTRACT

The increase in production and productivity by large agribusiness corporations reveals that although fruit growing, especially in Petrolina, is celebrated as a modern economic activity and job creator in the Brazilian semiarid region, even amidst the Covid-19 pandemic, there is actually a manifestation of the essence - a decrease in food production and a high number

of unemployed. In this sense, the study was carried out in the Agropolo Petrolina-PE, aiming to understand agribusiness in Petrolina - PE as a generator of wealth through high production and productivity to meet local, national, and primarily global demand, while resulting in a high index of hunger and unemployment through the expropriation of land, labor as a use value, healthy food, and life. The methodological approaches included: organizing bibliographic research, consulting websites related to the content for a better understanding of both quantitative and qualitative data aspects. As a result, it was found that the expansion of agribusiness, particularly through irrigated fruit growing in the studied Agropolo, has greatly benefited large supermarket chains that control the industry of processed food commodities at the expense of the nutrition of workers. It is concluded that the agri-food model sustained by large corporations does not alleviate unemployment and hunger in the Agropolo; on the contrary, during the pandemic, it intensified the number of temporarily hired workers since agribusiness was the only expanding sector.

Keywords: Agribusiness, Covid-19, Agropole, Supermarkets, Unemployment.

INTRODUÇÃO

O aumento da produção e produtividade pelas grandes corporações do agronegócioⁱⁱ revela que embora a fruticultura, especialmente, em Petrolina, seja celebrada como moderna atividade econômica e geradora de empregos no semiárido brasileiro, mesmo com a pandemia da COVID-19 - uma doença de rápido contágio provocada pelo novo coronavírus. Há, na verdade, a manifestação da essência - diminuição na produção de alimentos, alto número de desempregados, comprovando o que escreve a Oxfam-Brasil (2019) ao mencionar que os trabalhadores e trabalhadoras do Vale do São Francisco estão entre os 20% mais pobres do país.

Diante dessa realidade, a presente pesquisa foi desenvolvida no Agropolo Petrolinaⁱⁱⁱ por evidenciar a força do agronegócio e daquilo que ele impõe, ou seja, o controle de grandes corporações que comandam o comércio de sementes, fertilizantes, produção e distribuição agrícola, obtendo com essa prática um alto grau de resposta do capital aplicado, beneficiando as maiores redes de supermercados ligados aos grupos no Brasil, Carrefour, Pão de Açúcar e Grupo Big (ex-WalMart Brasil) que detêm 46,6% do mercado atacadista do país. Nesse sentido, tem como objetivo compreender o agronegócio em Petrolina - PE como gerador de riqueza pela alta produção e produtividade para atender as escalas – local, nacional e, principalmente, a global mesmo em momentos de pandemia, ao tempo que repercute em um alto índice de fome e desemprego, via expropriação da terra, do trabalho como valor de uso, dos alimentos saudáveis, da vida.

Dentro dessa linha de raciocínio, a pesquisa foi norteadada pela seguinte problemática: por que a riqueza centrada na elevada produção e produtividade gerada pelo agronegócio em Petrolina, para atender as escalas – local, nacional e, principalmente, a global repercute contraditoriamente na fome e desemprego via expropriação da terra, do trabalho como valor de uso, dos alimentos, da vida?

Com o intuito de alcançar o objetivo proposto, traçaram-se os seguintes caminhos metodológicos: a) Organização de pesquisa bibliográfica embasada em textos relativos à: Expansão do agronegócio: Conceição e Souza (2008); Teubal (2008), Agropolo e Fruticultura irrigada: Bezerra (2012, 2014 e 2017); Mendonça (2021); Ormond (2006); Sousa e Pereira (2019); Questão agrária: Delgado (2005); Mendonça (2022); Oliveira (2016); b) Consulta a *sites* como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER), Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), e a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN; c) Construção de um banco de dados que resultou em gráficos, quadros e mapas que contribuíram na análise dos resultados.

Como resultado, constatou-se que a expansão do agronegócio a partir da fruticultura irrigada no Agropolo Petrolina tem beneficiado amplamente as grandes redes de supermercados que controlam a indústria de alimentos transformados em *commodities*^{iv}, sobretudo, no período da pandemia da Covid-19, o que revelou a concentração da terra e a insegurança alimentar pela falta de acesso o que é básico ao ser humano – a comida e o trabalho.

A conclusão apontou que o modelo agroalimentar sustentado pelas grandes corporações não diminuiu o desemprego e a fome no Agropolo. Ao contrário, em tempos de pandemia intensificou o número de trabalhadores contratados temporariamente já que o agronegócio era o único setor em expansão na pandemia. Contudo, a negligência do Estado para com agricultura familiar produtora exclusiva de alimentos, permitiu que a fome se acentuasse em Petrolina.

AGRONEGÓCIO E AGROPOLO – A REALIDADE DE PETROLINA

O massivo incentivo ao “desenvolvimento” rural do vale do São Francisco se relaciona às medidas de modernização do semiárido nordestino que teve ao longo da sua história a problemática das “secas” como a principal questão para efetivar a política de irrigação do Sertão na década de 1940.

Assim, a irrigação efetivou reestruturação da política agrícola para o campo que associada à política macroeconômica externa e interna fez surgir os Perímetros Irrigados^v no Polo Petrolina, alterando completamente o sentido da produção, assim como a escala de produção desde a concretude do Perímetro Irrigado Bebedouro em 1968. Nos anos de 1990, o agronegócio ganha força na região mediante as exportações de frutas frescas para atender ao mercado em escala global com o Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho (SOUSA, 2020).

Nesse período, especificadamente em 1996, objetivando a criação de Polos de desenvolvimento tecnológicos e de sua aplicabilidade destinado ao agronegócio - por meio de estudos baseados em modelos europeus desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Instituto Euvaldo Lodi - IEL, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE resultaram na

implantação dos Agropolos brasileiros que para além dos aspectos tecnológicos apresentavam em seus discursos às dimensões sociais e ambientais com foco na sustentabilidade (SACHETO, 2006).

Segundo Ormond (2006, p.23), o Agropolo é um,

espaço geográfico (região ou microrregião) onde atores econômicos e instituições públicas e privadas agem estrategicamente no sentido de melhorar a organização e gestão tecnológica das cadeias produtivas do setor agropecuário adotando enfoque sistêmico buscando o desenvolvimento socioeconômico com base no desenvolvimento sustentável.

As definições mencionadas não se concretizam em sua essência, porque se observa somente a questão econômica em detrimento do social ou sustentável, uma vez que, os Agropolos recebem amplos investimentos econômicos e se caracterizam pela grande participação do agronegócio no seu Produto Interno Bruto (PIB) no sistema capitalista. Baseado nesses fatores e conforme o Figura 1, a cidade de Petrolina se caracteriza como sendo Agropolo devido à fruticultura irrigada presente na região baseada na produção anual de duas safras de manga e uva e pelo contínuo crescimento do seu PIB agropecuário.

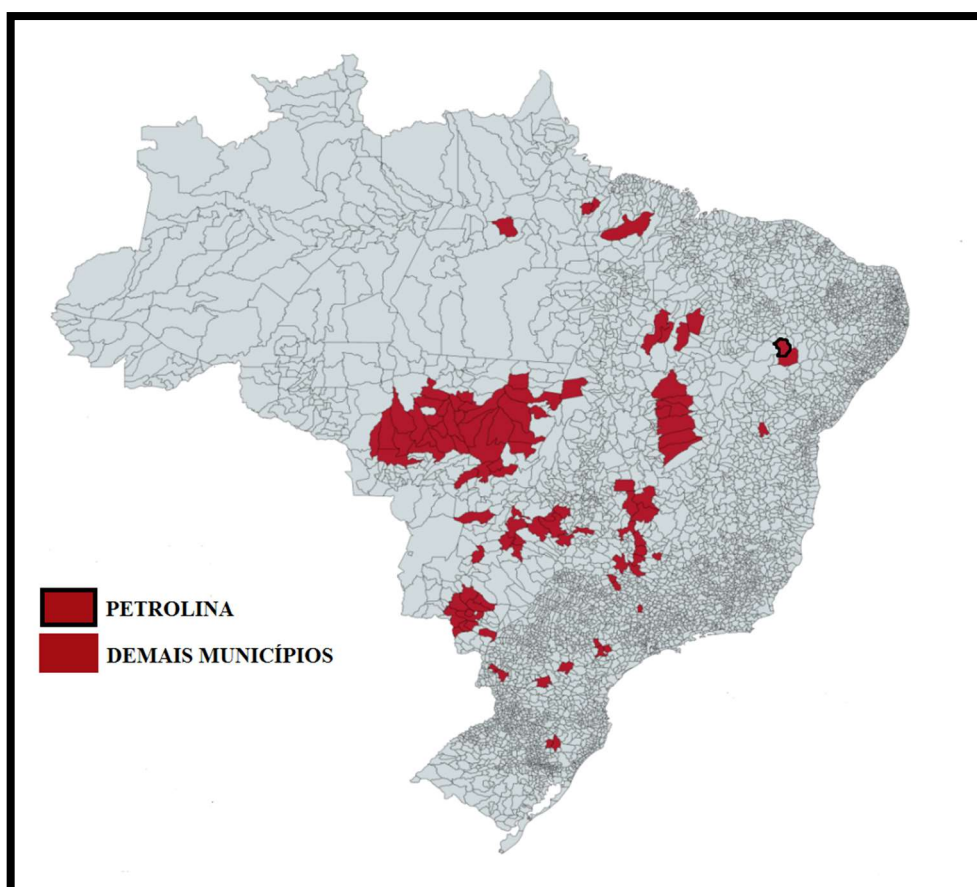
De acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Petrolina encerrou o ano de 2020 como o 27º município mais rico do agronegócio brasileiro com um valor de produção de R\$ 1,64 bilhão, correspondendo a 30,2% do total do estado de Pernambuco e com aumento de 1% no comparativo ao ano de 2019. Nesse período, conforme o Gráfico 1, o PIB agropecuário do município, de forma inédita, ultrapassou a marca de um bilhão de reais.

O desempenho obtido pela fruticultura irrigada durante a pandemia corresponde a um dos fatores que explicam esse resultado do PIB agropecuário municipal que é sustentado pela expansão da produção de manga e uva com destino ao mercado internacional. De acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2022) - a manga bateu recorde de produção em Petrolina no ano de 2020 apresentando aumento de 18% no comparativo a 2019, saltando de 369.000 toneladas para uma produção de 450.000 toneladas na pandemia. Já a produção da uva apresentou queda de aproximadamente 21%, passando de uma produção de 346.500 para 274.730 toneladas em 2020, resultado que diante o cenário pandêmico foi absorvido positivamente.

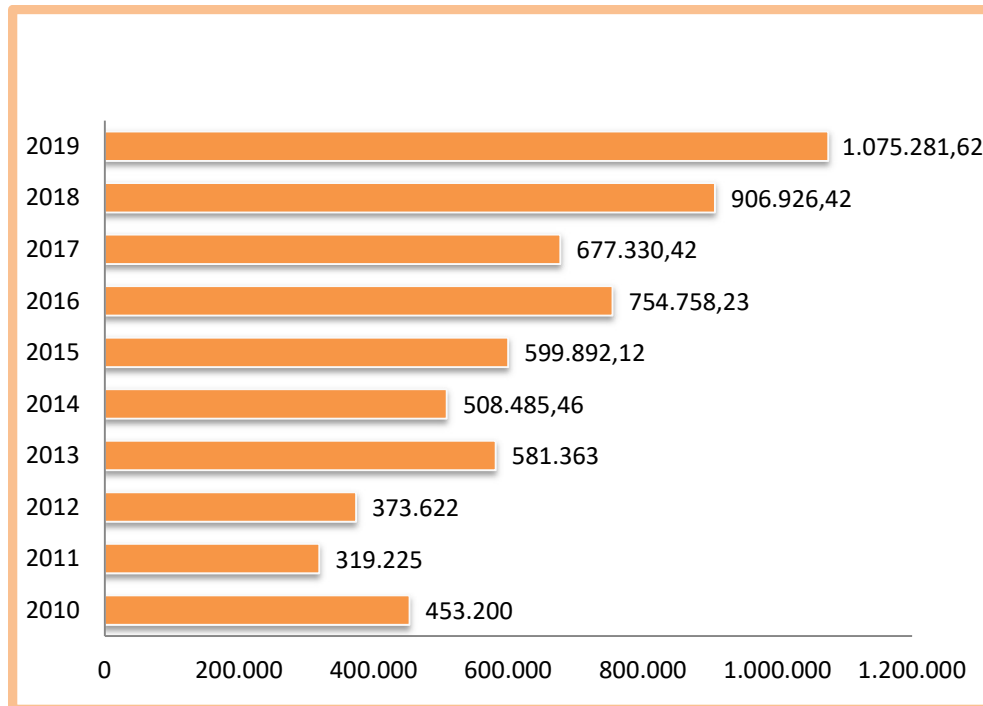
Enquanto isso, alimentos da agricultura familiar como banana e mandioca apresentaram pouco aumento, a primeira saltou de uma produção de 1.500 para 1.875 toneladas no ano de 2020, e a segunda de 34.200 para 35.150 toneladas durante esse período. Levando em comparação os picos de produção desses

alimentos nos últimos anos, a produção da banana fechou 2020 com redução de 29% em relação a 2010 (onde fora produzido 49.500 toneladas), nesse mesmo ano a produção de mandioca chegou a 5.000 toneladas, 70% a mais do que o produzido em 2020. Ademais, mesmo quadriplicando sua produção, o feijão apresentou uma produção de apenas 490 toneladas, enquanto a cebola demonstrou redução de 6%, produzindo 2.250 toneladas em 2020 ante 2.400 toneladas produzidas no ano anterior (SIDRA/IBGE, 2022).

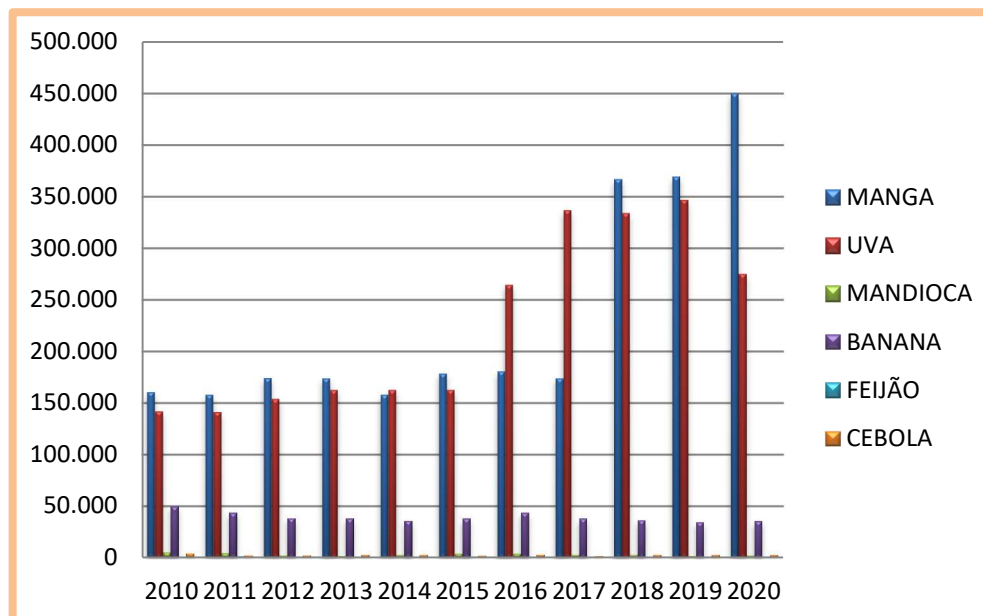
Figura 1 – Municípios mais ricos do agronegócio brasileiro em 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2021).

Gráfico 1 – PIB Agropecuário de Petrolina (em bilhões)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2022).

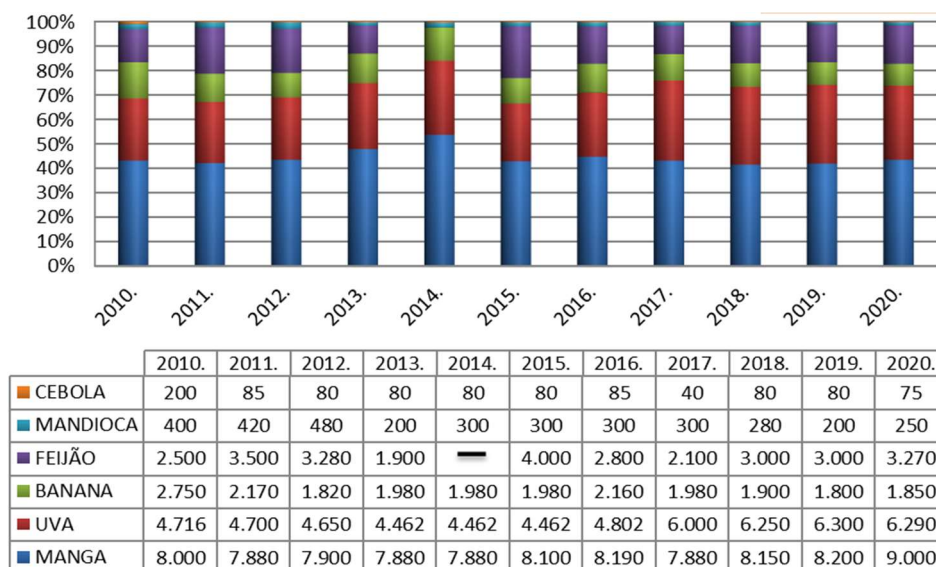
Gráfico 2 – Produção de alimentos em Petrolina (por toneladas)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIDRA/IBGE (2022).

Com o agronegócio em Petrolina, o espaço agrário tem provocado continuamente profundas modificações pela substituição da agricultura familiar – feijão, banana, mandioca, cebola, etc. - para uma agricultura voltada para atender ao mercado externo. O crescimento da produção de frutas com destino ao mercado europeu no Agropolo Petrolina está atrelado à expansão das áreas destinadas aos cultivos do agronegócio nos últimos anos, sobretudo, de 2016 em diante, sob a alegação da oferta e da demanda, com garantia de mercado. Ao tempo em que esses cultivos expandem suas áreas de extensão, o valor de produção agrícola também é ampliado, evidenciando com isso que o agronegócio necessita de terra para aumentar sua produção e produtividade, assim como, ampliar lucros.

Nessa conformidade, de 2016 a 2020, a média anual da área destinada à colheita da manga e da uva em Petrolina foi de 7.106 hectares, ante 6.257 hectares de 2010 a 2015 (só em 2020, juntas a área destinada à colheita de manga e da uva chegou a 15.290 hectares, 5% a mais que no ano anterior). Já a média anual da área plantada da banana, mandioca e da cebola - cultivos produzidos, também, por pequenos e médios produtores rurais com destino em sua grande maioria ao comércio interno - foi de 758 toneladas de 2016 a 2020, ante 854 toneladas de 2010 a 2015.

Gráfico 3 – Área plantada ou destinada a colheita em Petrolina (hectares)^{vi}



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIDRA/IBGE (2022).

Perante os expostos e em conformidade às contribuições de Oliveira (2016, p. 123-124), ao esmiuçar a transformação da agricultura capitalista com a chegada do neoliberalismo, salientando que “a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que

esteja no mundo”, evidencia-se o aumento da extensão em área do agronegócio no Agropolo em detrimento de cultivos essenciais para a alimentação, ocupando e reduzindo as terras da agricultura familiar, responsável pela produção de 70% dos alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros.

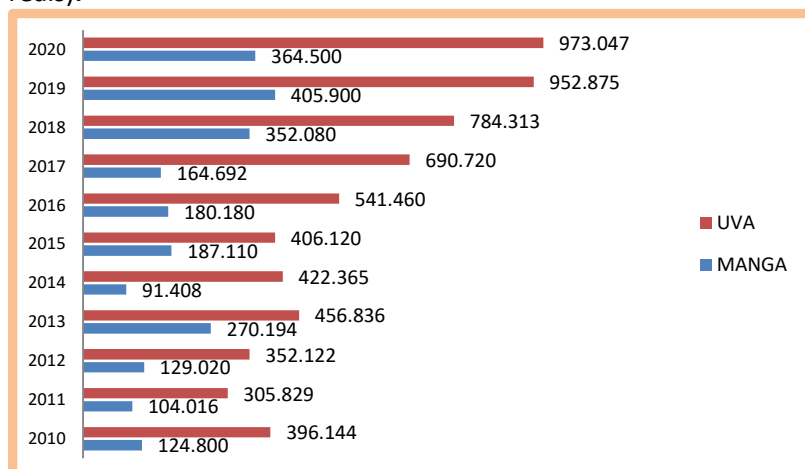
Com a transformação da agricultura capitalista,

[...] os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, através de uma sub-reptícia substituição das políticas de soberania alimentar, pela política de segurança alimentar [...] as políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado como regulador único do abastecimento alimentar das populações nacionais [...]. (OLIVEIRA, 2016, p. 123).

Essa realidade da falta de estoques públicos contribuiu para a inflação dos preços dos alimentos que entre os meses de novembro de 2020 e de 2021 acumulou alta de 13,52% em Petrolina. Dos produtos que mais aumentaram seus preços no penúltimo mês de 2021, a banana despontou entre as primeiras colocações com uma inflação mensal de 3,34%.

Além da alta produtividade, outro dado estatístico utilizado para expressar em números uma perspectiva de “desenvolvimento” no campo, diz respeito ao valor de produção dos produtos agrícolas. Consoante a isso, o valor de produção da manga foi de R\$ 364.500 milhões no ano de 2020, já a uva permaneceu com a tendência de crescimento apresentada desde 2015 com um valor de produção de R\$ 973.047 milhões, 2% a mais que em 2019.

Gráfico 4 – Valor de produção da manga e da uva em Petrolina (em milhões de reais).



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIDRA/IBGE (2022).

O fato da grande parte das frutas do Vale do São Francisco serem escoadas por navios (93%) resultaram com que as restrições impostas pela pandemia não afetassem as exportações da manga e da uva (apenas as mangas transportadas via área sofreram pausa temporária). No primeiro trimestre de 2021, as exportações somadas de ambas as frutas chegaram a 27.114 toneladas, crescimento de 17,93% no comparativo aos três primeiros meses de 2020. Para além das condições climáticas favoráveis (aumentando a qualidade das frutas) e da expansão das áreas de produção, Tassio Lustoza (2021), gerente executivo da Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale São Francisco (VALEXPORT), justificou esse aumento argumentando que “essa pandemia provocou uma adesão ao consumo de alimentos saudáveis. Essas frutas são ricas em vitaminas e lá fora o consumo foi direcionado para esses itens naturais, assim conseguimos manter o fluxo” (REVISTA DA FRUTA, 2020, p. 1). Percebe-se com isso, a expansão ilimitada do agronegócio no que se refere à inserção do semiárido no contexto internacional via os cultivos de fruticultura com saída de mercado.

A respeito da realidade, Bezerra (2017, p. 117) já afirmava que “as redes de supermercados se configuram como agentes chaves no controle da rede de produção de frutas tendo em vista seu poder como principal responsável pela compra das frutas, bem como por suprir o mercado europeu”. Essa rede de produção no processo da globalização econômica “envolve uma multiplicidade de agentes econômicos, formais e informais, institucionais e não institucionais e uma gama de Estado-Nações operando numa economia global” (p. 109). De modo que as redes varejistas influenciam direta e indiretamente as formas de poder e controle social da rede de produção das frutas e da rede agroalimentar como um todo.

Nesse entendimento, Mendonça (2015) já salientava que a expansão do agroegócio internacional se deu para além do mercado de sementes, pela padronização de alimentos industrializados, que resultou em mudanças estruturais na indústria, fazendo com que esta demandasse de um sistema de produção em massa, promovendo “marcas de grandes empresas com poder de acessar um volume significativo de capital através de subsídios, crédito e de sua atuação nos mercados financeiros” (p. 383-384). Ela menciona que,

A internacionalização da indústria de alimentos impulsiona o modelo do agronegócio, que se baseia em cadeias produtivas, desde a produção de insumos industriais até a comercialização em grande escala. Para garantir a distribuição em massa desses produtos, são formadas cadeias internacionais de vendas em atacado e varejo, como os supermercados (MENDONÇA, 2015, p. 384).

Com isso, percebe-se então a força do agronegócio e daquilo que ele impõe, ou seja, o controle de grandes corporações que comandam o comércio de sementes,

fertilizantes, produção e distribuição agrícola, obtendo com essa prática um alto grau de resposta do capital aplicado, beneficiando as maiores redes de supermercados ligados aos grupos no Brasil, Carrefour (rede internacional de hipermercados do setor de distribuição massiva fundada na França no ano de 1959), Pão de Açúcar (empresa varejista comandada desde 2013 pelo grupo francês Casino) e Grupo Big (grupo controlado desde 2018 pelo fundo de investimentos *Advent International* e pelo Wal-Mart) que detêm 46,6% do mercado atacadista do país.

O crescimento desses grupos varejistas é evidenciado pela expansão de suas áreas de atuação, monopolizando o mercado da distribuição de alimentos, determinando os preços desses produtos e o valor pago a que os produzem, os agricultores. Haja vista que, primeiro, o grupo Carrefour Brasil^{vii} encerrou 2021 ampliando sua área de atuação com a abertura de mais 58 redes de lojas, totalizando 779 unidades distribuídas entre Atacadão (250), Hipermercados (100), Supermercados (54), lojas de conveniência (144), Atacado (33), drogarias (121) e posto de combustíveis (77) em uma área total de 2.180.514 m². O balanço patrimonial consolidado pelo grupo chegou a 58,924 bilhões de reais no último trimestre de 2021, aumento superior a 12% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 51,824 bilhões).

Segundo o Grupo Pão de Açúcar Brasil^{viii} em 2021 totalizou acúmulo anual de R\$ 56,4 bilhões de receita bruta, com um total de 809 lojas distribuídas entre Pão de Açúcar (181); Extra (72); Mercado Extra (146); Compre Bem Supermercados (28); Minuto Pão de Açúcar (98); Mini Extra (141); Pão de Açúcar Flesh (1); drogarias (68) e postos (74) ocupando uma área de vendas de 1.114.979 m².

Por fim, o Grupo Big^{ix} dona das marcas Big Bom Preço, Big, Super Bompreço, Nacional, Sam's Club, Maxxi Atacado e TodoDia - atuava em 203 municípios em quase todas as regiões do Brasil (exceto o Norte) contendo 402 lojas distribuídas em 86 Hipermercados, 99 Supermercados, 63 Atacados, 42 Clubes de Compras, 97 Mercados de Vizinhança e 15 Postos. Ao fim dos três primeiros trimestres de 2020, o grupo contava com um lucro líquido de R\$ 3,0 bilhões ante um prejuízo de R\$ 80 milhões no mesmo período do ano anterior. Em março de 2021 a empresa foi vendida ao grupo Carrefour por um valor de R\$ 7,5 bilhões.

A expansão em extensão de área e capital da fruticultura irrigada no Agropolo Petrolina e do agronegócio brasileiro como um todo, beneficia redes de supermercados que monopolizam a indústria de alimentos, sobretudo no período da pandemia da covid-19, agravando questões sociais como da insegurança alimentar impulsionada pela inflação dos preços dos alimentos, além da precarização do trabalho e do alastramento do desemprego, principalmente no campo.

O (DES) EMPREGO NO AGROPOLO: A QUEM A COVID-19 ATINGIU?

A pandemia do novo coronavírus evidenciou as fragilidades do sistema capitalista de maneira alarmante nas esferas econômicas, sociais, políticas, culturais e

históricas da humanidade de modo nunca antes visto na história de epidemias mais recentes. De forma que,

A estimativa de infectados e mortos concorre diretamente com o impacto sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros (FIOCRUZ, 2020, p. 1).

A crise global impactou veemente o mercado de trabalho, de modo que, segundo o levantamento da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2022), somente no primeiro ano da pandemia, cerca de 187 milhões de pessoas perderam seus empregos, número que pode chegar a 207 milhões em 2022. As estimativas da OIT preveem que, no comparativo ao período anterior a pandemia, haja um recuo de 52 milhões no número de empregos gerados em 2022. No Brasil, a taxa de desempregados saltou de 12,4% no primeiro trimestre de 2020 para 14,9% no primeiro trimestre de 2021, calcula-se que em média, 377 brasileiros perderam seus empregos por hora no primeiro ano da pandemia (de abril de 2020 a abril de 2021). Conforme a agência das Nações Unidas, a recuperação do mercado de trabalho mundial será lenta e demandará de tempo para se estabilizar.

Nesta conformidade, em decorrência as medidas restritivas e necessárias de condimento ao avanço do vírus SARS-CoV-2, setores da economia, com destaque para o de comércio e serviços, foram amplamente afetados pela crise, em contrapartida as demais esferas econômicas, os segmentos do agronegócio explicitaram crescimento na pandemia, com destaque para o segmento primário e de insumos que apresentaram aumento de 17,52% em 2021 no comparativo ao ano anterior, dados amplamente vinculados na mídia do agronegócio.

Todavia, o crescimento da agropecuária se deu ao alto patamar dos preços, já que em decorrência do mercado, algumas das principais culturas do setor sofreram quebra de produção e demandaram alto custo de produção, favorecendo o ramo de insumos agrícolas, ou seja, a produção de fertilizantes, agrotóxicos e máquinas agrícola (CEPEA, 2022). Ademais, o custo com insumos também impactou o PIB do ramo pecuário que apresentou queda de 8,95%.

Com isso, ao deturpar os números da agropecuária ao agregá-los aos demais segmentos do setor, é construído,

uma concepção de agronegócio, que soma a realidade antes da porteira [insumos] com aquela de depois da porteira [indústria e serviços] e as duas àquela dentro da porteira

[agropecuária]. Infla-se assim, os dados estatísticos do chamado agronegócio, dando a ele uma aparência de importância que, de fato, ele não tem (OLIVEIRA, 2015, p. 110).

Desse modo, é exaltada a participação de 27,4% do PIB agregado do agronegócio no PIB brasileiro, resultado que, em conformidade à Souza e Conceição (2008, p. 104), são apresentados com perspectivas de crescimento “no sentido de demonstrar que os problemas do campo brasileiro encontram-se superados, tendo em vista as perspectivas de aumento da produção e da produtividade, e não as condições de vida daqueles que vivem no campo – os trabalhadores rurais e camponeses”.

Assim, o resultado positivo do setor se contrasta com a realidade dos que se encontram no campo, sobretudo dos agricultores familiares, que diante da pandemia apresentaram “problemas de distribuição de alimentos, perda de safra por falta de compradores, suspensão e fechamento de mercados tradicionalmente acessados” (MENDONÇA *et al.*, 2021, p. 4). Situação agravada pela fragilização das políticas públicas de assistência aos pequenos produtores, como as de auxílio à comercialização dos produtos agrícolas, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)^x e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)^{xi}, corroborando com perda de produção e redução da renda, colocando-os em ameaça de insegurança alimentar.

Questão que perpetuou na taxa de pessoas desocupadas no campo, tendo em consideração que, segundo o censo agropecuário de 2017, a agricultura familiar foi responsável por empregar 67% das pessoas ocupadas na agropecuária. Com isso, e analisando os dados presentes na tabela 1, constata-se que, para além da pandemia ter contribuído para o desemprego, que o número de pessoas empregadas no segmento primário apresentou continua queda ao decorrer da última década, evidenciando com isso, a expansão do agronegócio no campo e, conseqüentemente, a substituição da força de trabalho pela mecanização, o que se iguala com o que menciona Delgado (2005, p. 79) ao considerar que,

a problemática agrária brasileira como promotora de duplo desemprego – da força de trabalho rural e das terras improdutivas controladas pelo latifúndio. Isto, por um lado, descarta trabalhadores e pequenos produtores dos mercados agrícolas, e, por outro lado, permite que um grande estoque de terra ociosa seja apropriado pelo latifúndio. Ao mesmo tempo, a nova fase de expansão do agronegócio gera a ampliação do “setor de subsistência” – uma massa de trabalhadores desocupados e camponeses sem excedentes, descartados do novo processo de modernização técnica da agropecuária. Isto repõe na agenda social brasileira uma complexa e grave questão agrária.

Tabela 1 – Número de empregados no agronegócio por segmentos.

ANO	SEGMENTOS				AGRONEGÓCIO (total)	BRASIL (total)
	INSUMOS	PRIMÁRIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS		
2012	178.483	9.842.172	4.133.016	5.435.189	19.588.860	89.642.693
2013	190.003	9.602.997	4.060.252	5.586.103	19.439.355	91.036.287
2014	233.762	9.001.439	4.252.217	5.713.071	19.200.489	92.235.488
2015	237.540	8.908.979	4.198.853	5.697.914	19.043.286	92.194.286
2016	203.059	8.798.590	3.844.365	5.617.042	18.463.056	90.344.240
2017	228.593	8.276.295	3.927.572	5.749.000	18.181.461	90.633.922
2018	230.043	8.242.480	3.908.694	5.845.438	18.226.656	92.201.043
2019	233.293	8.223.434	3.946.510	6.006.492	18.409.730	94.257.943
2020	227.290	8.031.334	3.704.536	5.527.645	17.490.804	86.957.564
2021	231.614	8.599.022	3.837.499	5.780.618	18.488.753	91.297.565

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da CEPEA (2022).

A contenção da taxa de desemprego no agronegócio em 2021, evidenciado pelo aumento no número de empregados em todos os seus segmentos, ocorreu em um período de uma suposta recuperação do mercado de trabalho após o primeiro ano da pandemia. Isso evidencia que os Polos ou Agropolos do agronegócio como é o caso de Petrolina estando em total funcionamento durando a pandemia empregou de forma temporária os trabalhadores desempregados pelos demais setores econômicos com redução de 5,62% no salário mensalmente auferido pelo trabalhador rural, passando de R\$ 2.275 no último trimestre de 2020 para R\$ 2.147. No mesmo período de 2021, o rendimento dos empregadores sofreu redução de 4,48%, número abaixo da renda dos empregos e da média nacional de 7,11%.

De acordo com o Relatório do Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro referente ao quarto trimestre de 2021, desenvolvido pela CEPEA, quando se analisa o perfil do trabalhador no agronegócio, constata-se a predominância de pessoas empregadas por conta própria ou sem carteira assinada. Questão que, entre o último trimestre de 2020 e de 2021, refletiu no aumento de 10,32% no número de pessoas engajadas por conta própria e de 9,51% de empregados sem carteira assinada, ao tempo que, o aumento de pessoas engajadas com carteira assinada foi de apenas 2,33%. No final de 2021, 56,7% dos assalariados rurais eram trabalhadores sem carteira assinada.

Quando se analisa a situação desses trabalhadores nos Polos de fruticultura, é constatada a predominância de safristas, pessoas empregadas temporariamente durante período de safra com duração em média de três a seis meses ao ano. Na análise de Bezerra (2012, p. 226),

A dinâmica do trabalho, verificada pós-consolidação da produção de frutas frescas nas regiões de expansão da fruticultura, sofre bastante influência das culturas do

agronegócio, nas quais o mercado de trabalho é ditado pela admissão e desligamento de trabalhadores safristas nas colheitas do melão, da banana, da uva e da manga. Nesse sentido, a sazonalidade da oferta de trabalho, referendada e complexificada pelo processo histórico de expropriação camponesa, contribui para que o mercado de trabalho seja marcado por uma alta vulnerabilidade.

Dessa forma, o programa Chapéu de Palha^{xii}, criado pelo Governo de Pernambuco, visa combater os efeitos do desemprego decorrente da entressafra da fruticultura irrigada (além da cana de açúcar e das condições adversas da pesca artesanal). Contudo, ele impactou nas relações entre trabalhadores e empregadores (de modo que estes últimos consideram que o programa serviu para desestimular o trabalho nas fazendas) e ocasionou em pressão social dos que não residem em Pernambuco para a criação de programas semelhantes em outros estados. Conforme Bezerra,

O programa criou, mesmo que não intencionalmente, um novo campo de forças no interior da relação entre empregadores e trabalhadores da fruticultura, particularmente por possibilitar uma alternativa à inserção em vínculos precários, a possibilidade de um revigoramento da capacidade física do corpo laborante, bem como a possibilidade de atuar em ocupações distintas do trabalho nas fazendas (2014, p. 44).

Todavia, o auxílio recebido pelos trabalhadores amparados pelo programa, que em 2022 chegou a receber mais de quatro mil inscrições, pode chegar ao máximo de R\$ 271,10. Valor inferior ao da cesta básica nacional (R\$ 663,59 em jul./2022) e de Petrolina (R\$ 515,95 em ago./2022). Tal realidade que contribui para o agravamento do nível de insegurança alimentar que, conforme o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022), assolou 63,8% dos domicílios no espaço rural brasileiro entre o final de 2021 e início de 2022 (sendo 18,6% em quadro grave).

Conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no Agropolo Petrolina foi criado 17.929 cargos de emprego formal na agropecuária em 2020 ante 17.175 desligamentos. Contudo, quando se analisa a ocupação que mais empregou no segmento, ou seja, de trabalhador agropecuário em geral^{xiii}, são trabalhadores assalariados e com carteira assinada, mas propensos a péssimas condições de trabalho, seja pela exposição a materiais tóxicos, ao sol e calor intenso. Além de, junto ao cargo de trabalhador no cultivo de árvore frutífera^{xiv}, possuem os salários mais baixos de admissão entre as ocupações que mais empregaram, com remuneração inferior a um salário-mínimo.

Ainda conforme o CAGED, analisando todos os setores econômicos no Polo, a ocupação que gerou maior quantitativo de desempregados pertence à agropecuária, corresponde ao cargo de trabalhador no cultivo de trepadeiras frutíferas, atividade realizada nos cultivos de manga e uva, que não exige qualificação, já que os contratados trabalham a céu aberto, em posições desconfortáveis, submetidos às variações climáticas e expostos a materiais tóxicos. E, assim como os cargos listados anteriormente, com baixa remuneração de admissão.

Essa realidade é suprimida pelas mídias do agronegócio, que, conforme Souza e Conceição (2008, p. 105) buscam,

o discurso do “desenvolvimento” e da técnica como forma de levar a sociedade a um patamar “superior”. Na prática ocorre um processo de expropriação das terras dos camponeses, desemprego estrutural no campo, concentração das terras e da renda, e a degradação das condições de trabalho (para aqueles poucos que conseguem se manter, precariamente, no processo produtivo).

Somando aos expostos, o fato do “crescimento do número de casos de covid-19 com a interiorização da doença pelo país, a dificuldade de acesso ao SUS e ainda o temor do agravamento de violações aos direitos humanos no campo, como trabalho escravo” (UFMG, 2020), colocam os trabalhadores do campo no enquadramento das estimativas dos severamente atingidos pela pandemia, sobretudo, no Agropolo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem do campo passada pela mídia é acompanhada pela distorção do espaço rural ao associar o PIB gerado pelo agronegócio à realidade dos trabalhadores rurais. Ao agregar o valor de produção da agropecuária aos seus demais segmentos (insumos, indústria e serviços) é construída uma propaganda que beneficia todos, ou seja, campo e cidade.

Esse modelo de agricultura, acompanhado pela concentração fundiária, marcado pela produção agrícola em larga escala de seletos produtos destinado à exportação e que, de forma avassaladora, deixa rastro de desmatamento, poluição, destruição em comunidades rurais, quilombolas e indígenas, seguido de mortes, objetiva unicamente o acúmulo de capital. Realidade evidenciada no Agropolo Petrolina pela fruticultura irrigada que é desempenhada pela produção de duas safras anuais de manga e uva, ocasionando a substituição da agricultura familiar por outra voltada para atender o mercado externo.

Assim, os grandes supermercados exercem na rede de produção agroalimentar poder de articulação e interação escalar, definindo os padrões de produção, circulação, distribuição e consumo e desse modo, controla a produção e distribuição dos alimentos, fazendo com que eles tenham a autoridade de manipular o fornecedor, controlar o valor pago pela produção e explorar a força de trabalho do trabalhador, o que enfraquece a agricultura familiar ocasionando o fechamento dos meios de comercialização da produção e das pequenas propriedades rurais.

Ressalta-se que a rede de produção agroalimentar centrado no agronegócio, no cenário pandêmico, foi marcada pelo agravamento da precarização do trabalho e da fome, uma vez que o referido modelo de agricultura é concentrador de terras, realidade não mencionada pela mídia do agronegócio.

REFERÊNCIAS

II VIGISAN: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]. **Relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN**. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

BARROS, G.S.C.; CASTRO, N.R.; MACHADO, G.C.; ALMEIDA, F.M.S.; ALMEIDA, A.N. Boletim Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA)**. Piracicaba, 4º trimestre de 2021, 2022.

BARROS, G.S.C.; CASTRO, N.R.; Machado, G.C.; ALMEIDA, F. M. S.; ALMEIDA, A.N.; SILVA, A.F.; FACHINELLO, A.L. Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA)**, Piracicaba, 2022.

BELFORT, Angela Fernanda. **O valor da produção agrícola aumentou 17,4% em Pernambuco no ano passado; veja as cinco culturas que mais geram valor no Estado**. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2021/09/13604834-o-valor-da-producao-agricola-aumentou-174-em-pernambuco-no-ano-passado-veja-as-cinco-culturas-que-mais-geram-valor-no-estado.html#:~:text=Em%20primeiro%20lugar%2C%20est%3%A1%20Petrolina,aumentou%20apenas%201%25%20perante%202019.&text=Grande%2C%20com%20R%24%20279%20milh%C3%B5es,do%20que%20no%20ano%20anterior>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiarido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. 376p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

_____. Mercado de trabalho e políticas públicas em Petrolina (PE): Uma análise do programa Chapéu de Palha. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 16, n. 2, p. 36-45, Dez. 2014.

_____. REDES DE SUPERMERCADOS E A GOVERNANÇA DO SETOR AGROALIMENTAR: A PRODUÇÃO DE FRUTAS NO NORDESTE BRASILEIRO. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 42, p. 104 - 119, dez. 2017. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/46356>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Chapéu de Palha**. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/chapeu-de-palha/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 02 ago. 2022.

CEPEA: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB-AGRO/CEPEA: PIB DO AGRO CRESCE 8,36% EM 2021; PARTICIPAÇÃO NO PIB BRASILEIRO CHEGA A 27,4%**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agro-cresce-8-36-em-2021-participacao-no-pib-brasileiro-chega-a-27-4.aspx#:~:text=Diante%20do%20bom%20desempenho%20do,52%2C63%25%2C%20respectivamente>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SOUZA, Suzane Tosta. As “novas” estratégias do capital para o campo Brasileiro a partir do discurso do Agronegócio. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 09, p. 102-122, 2008.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950 -2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 09 jun. 2022.

GLOBO RURAL. **100 municípios mais ricos do agronegócio no Brasil**. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Economia/noticia/2022/01/100-municipios-mais-ricos-do-agronegocio-no-brasil.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.

GRUPO BIG BRASIL. **PORQUE SOMOS BIG**. Disponível em: <https://www.grupobigbrasil.com.br/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GRUPO CARREFOUR BRASIL. **2021 DEMONSTRAÇÕES Financeiras**. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/7ac0f8c2-8213-0dab-b8b5-1de5a2256ab6?origin=1>. Acesso em: 10 abr. 2022.

GRUPO CARREFOUR BRASIL. **COMUNICADO AO MERCADO**. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/ed107b3f-8cc6-0104-e623-afa9b75bedd5?origin=1>. Acesso em: 11 abr. 2022.

GRUPO PÃO DE AÇUCAR BRASIL. **RELATÓRIO ANUAL E DE SUSTENTABILIDADE**. Disponível em: https://www.gpabr.com/wp-content/uploads/2022/04/Relatorio_anual_e_de_sustentabilidade_GPA_2021.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acesso em: 27 de mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

ISPER - Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda. **Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município – Ajustados**. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#. Acesso em: 10 ago. 2022.

LUSTOZA, Tássio. **Uva e manga, a força do Vale do São Francisco**. Disponível em: <https://www.revistadafruta.com.br/noticias-do-pomar/uva-e-manga-a-forca-do-vale-do-sao-francisco-,398130.jhtml>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MENDONÇA, Katiane da Silva et al. Vulnerabilidade do Trabalhador Rural em Tempos de Pandemia da Covid-19. **Revista de enfermagem UFPE on line**. 2021; 15(2): e247169. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021.247169>.

MENDONÇA, Maria Luísa. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. **Contexto Internacional**, [s.l.], v. 37, n. 2, p. 375-402, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <https://doi.org/10.1590/S0102-85292015000200002>.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa#:~:text=O%20Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de,e%20incenivar%20a%20agricultura%20familiar>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PORTAL IG ECONOMIA. **OIT: desemprego no Brasil só deve voltar ao nível pré-pandemia em 2024**. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2022-01-17/oit-desemprego-no-brasil-nivel-pre-pandemia-2024.html>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPINZAL. **O que é PNAE?** Disponível em: <https://edu.capinzal.sc.gov.br/noticias/o-que-e-o-pnae/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; PEREIRA, Luciano Alves. **Agronegócio e Agrotóxico: uma parceria para o (in) sucesso da produção de alimentos**. ORG & DEMO (UNESP. MARÍLIA), v. 20, p. 27-44, 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2006. 313 p.

OXFAM - Comitê de Oxford para o alívio da fome. **O amargo sabor da fruticultura brasileira**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/o-amargo-sabor-da-fruticultura-brasileira/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

TEUBAL, Miguel. **O Campesinato Frente à expansão do Agronegócio na América Latina**. In: Campesinato e Territórios em Disputa org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. **'Outra estação': pandemia afeta o campo de maneira desigual**. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pandemia-afeta-o-campo-de-maneira-desigual>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Contato com o autor: aurea.souza@upe.br

Recebido em: 30/12/2022

Aprovado em: 14/11/2023

- ⁱ Artigo resultado da pesquisa realizado com bolsa PIBIC CNPq/UPE – 2021-2022.
- ⁱⁱ De acordo com Teubal (2008) o agronegócio corresponde a um “modelo” de desenvolvimento nitidamente excludente, cujo funcionamento global versa no predomínio do capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinada *commodities* dirigidas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração.
- ⁱⁱⁱ Cidade Pernambucana localizada na Mesorregião São Francisco Pernambuco e Microrregião Petrolina, situada a 746,556 km de distância à capital estadual (Recife).
- ^{iv} Palavra da língua inglesa que significa “mercadoria” [...] usado para descrever produtos de origem agrícola ou industrial que podem sofrer processamento [...] e que normalmente são comercializados em grandes quantidades em bolsas de mercadoria, inclusive para entrega futura. (ORMOND, 2006, p. 79).
- ^v De acordo com a CODEVASF, um Perímetro passa por três etapas: a) o estudo quando os aspectos técnicos de viabilidade e implantação ainda estão sendo analisados e detalhados; b) a implantação que é definida como o início real das obras; c) o estágio em produção, quando está em pleno funcionamento, assim recebe o nome de *Perímetro de Irrigação*. Para a Companhia, essas informações estão constantemente sofrendo novas alterações, pois o processo é dinâmico e os projetos, em sua maioria, são realizados por etapas. Disponível em: <www.codevasf.gov.br>. Acesso em: 10 de nov. 2022.
- ^{vi} Os dados da área plantada ou colhida do feijão no ano de 2014 não foram encontrados.
- ^{vii} Informações disponíveis em: <https://www.grupocarrefourbrasil.com.br/grupo/presenca-no-brasil/>. Acesso em: 10 de abr. 2022.
- ^{viii} Informações disponíveis em: <https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/governanca-corporativa/planilha-de-dados/>. Acesso em: 12 de abr. 2022.
- ^{ix} Informações disponíveis em: <https://www.grupobigbrasil.com.br/>. Acesso em: 15 de abr. 2022.
- ^x Intitulado, inicialmente, de Campanha de Merenda Escolar (CME), que foi instituído pelo decreto nº 37.106 de 31 de março de 1951, recebeu a atual nomenclatura em 1979 após várias modificações e denominações durante as décadas de 1950 e 1960. Conforme a Secretária Municipal de Educação de Capinzal, “O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. As ações do PNAE estão diretamente voltadas ao oferecimento de refeições adequadas e saudáveis aos alunos, considerando a faixa etária, a cultura alimentar, a produção de alimentos locais e a valorização da agricultura familiar” (2022, p. 1).
- ^{xi} Conforme o Ministério da Cidadania “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar [...]. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar” (2022, p. 1).
- ^{xii} O Chapéu de Palha foi instituído pelo Governo do Estado de Pernambuco em 1988 e converteu-se na Lei Estadual nº 13.244/2007.
- ^{xiii} Encarregados de preparam o solo para plantio; manejar a área de cultivo; efetuar a manutenção na propriedade; organizar os produtos agropecuários para comercialização; tratam animais da pecuária e cuidam da sua reprodução.
- ^{xiv} Realizam tratos culturais em fruticultura; preparam solo e plantam espécies frutíferas; produzem mudas e sementes; colhem, beneficiam e acondicionam frutas e frutos; e auxiliam na irrigação das plantações.